

O PROCESSO FORMATIVO DE GUIOMAR DE VASCONCELOS NO COLÉGIO AMERICANO E NA ESCOLA NORMAL DE NATAL (1897-1913)

Maria da Conceição Silva – UERN

O objeto de estudo aqui focado tem origem na dissertação de mestrado intitulada *Reconstruindo práticas: significações do trabalho de professoras na década de 1920*, realizada no Grupo de Pesquisa *Gênero e práticas culturais*, do Programa de Pós-graduação em Educação/UFRN. Este trabalho analisou a educação primária potiguar, por meio das práticas educativas das professoras Leonor Barbosa de França e Guiomar de Vasconcelos, na década de 1920. O objetivo foi compreender os processos de difusão e a modernização da instrução pública nos grupos escolares e nas escolas rudimentares, instituições nas quais as referidas mestras lecionaram.

Ao longo da produção da pesquisa, traços biográficos das docentes foram reconstituídos, desvelando as escolas nas quais elas estudaram, a exemplo do Colégio Americano e da escola Normal de Natal, frequentado por Guiomar de Vasconcelos no final do século XIX e no início da década de 1910, respectivamente. Naquele momento, o estudo não incluía investigar o processo formativo da mestra em destaque e analisar a educação oferecida às mulheres na cidade de Natal. Nesse sentido, consideramos a possibilidade de abordar a questão posteriormente.

Portanto, o que se pretende no presente artigo é analisar a formação elementar e a secundária-normal que o Colégio Americano e a Escola Normal de Natal proporcionaram a Guiomar de Vasconcelos entre os anos de 1897-1913. O objetivo é entender, por meio dos trajetos de formação dessa mestra, o modo como tais escolas compreendiam e sistematizavam a educação da mulher, tomando como referência duas categorias: educação feminina e disciplinas escolares.

Os dados foram coletados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no Arquivo Público do Rio Grande do Norte, na Biblioteca Municipal de Canguaretama/RN, na Biblioteca Central Zila Mamede/UFRN e em arquivos de familiares de Guiomar de Vasconcelos. Os documentos privilegiados foram decretos da Escola Normal de Natal, registros de diretores de ensino e de livros.

Para a construção da presente pesquisa, nos respaldamos em conceitos da História Cultural, que desloca a atenção também para a história periférica, para as práticas culturais

e atividades humanas diversificadas. Como pontua Certeau (2002), esta abordagem epistemológica ampliou os campos de pesquisa da história com a inserção dos “excluídos”, dos “pequenos”, do “ordinário”, sendo possível reconstituir a história da vida cotidiana, das práticas e de sujeitos considerados comuns, como as mulheres professoras, suas ações e processos formativos.

Almeida (1998) pontua que ao longo da história da educação, a participação da mulher assumiu um papel secundário e pouco explorado. Mesmo tendo assumido maciçamente o ensino primário brasileiro e se tornado maioria no corpo discente das escolas normais, suas práticas formativas e educativas foram relegadas ao esquecimento.

Atualmente, algumas pesquisas vêm ressoando possibilidades de reconstituição da história da educação por meio de práticas de professoras. Destaco como exemplo, produções dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa *Gênero e Práticas Culturais*, da UFRN. Esses estudos se preocupam em focalizar papéis e atuações femininas no contexto educacional, os processos formativos, as práticas de leitura e escrita, participações em espaços antes negados às mulheres, relações de gênero, suas representações nos romances, jornais e revistas.

Elucidando a relevância de trabalhos desse porte Moraes (2003) analisa a formação da sociedade letrada norte-rio-grandense e a participação da professora e escritora Isabel Gondim, configurando uma época e os processos educacionais do estado. A autora desvela que essa professora é autora de uma vasta obra literária, publicou livros dedicados exclusivamente à educação feminina, como *Reflexões às minhas alunas*, editado pela primeira vez em 1874. Trata-se de uma obra didática, cujo objetivo era educar as mulheres nas diferentes fases da vida: menina, moça, mulher e mãe.

O trabalho destacado, conjuntamente com o que privilegiamos neste artigo, permite que professoras, a exemplo de Guiomar de Vasconcelos, e os significados de suas práticas formativas e educativas saiam do anonimato, configurando uma época e os processos educacionais do estado potiguar.

Guiomar de Vasconcelos nasceu em Recife, na Rua da Aurora, no dia 15 de agosto de 1888. Foi a primogênita do consórcio entre o tenente do exército Alexandre Carlos de Vasconcelos, conhecido como tenente Xandú e Maria Acurcia de Souza. Veio ainda criancinha de colo para Natal, onde cresceu no bairro da Cidade Alta, na rua Santo Antônio.

Órfã materna aos oito anos, foi criada conjuntamente com seus três irmãos mais novos, por Umbelina Lima, segunda esposa do tenente Xandú, com a qual teve seis filhos.

O pai de Guiomar de Vasconcelos foi um homem de carreira militar respeitável “combateu a favor do Marechal Floriano Peixoto em 1893, tomou parte na Campanha de Canudos e serviu muitos anos na fronteira da Bolívia” (VASCONCELOS, 1952, p. 5).

No Colégio Americano de Natal, localizado no Bairro da Cidade Alta, a menina Guiomar fez o ensino primário (BARRETO, 1985). Este espaço de formação dirigido pelos protestantes americanos Willian Calvin Porter e Katherine Porte, teve início em 1895, com apenas uma sala de aula (Matos, 2006). Em 11 de janeiro de 1897, a discreta escola transformou-se no Colégio Americano. Na ocasião, o corpo discente contava com 46 alunos, de ambos os sexos, filhos de natalenses católicos e protestantes. Segundo Costa (1995), coube naquele período a professora Rebecca Morrisette assumir a condução do Colégio, auxiliada pela brasileira Sidrônia Carvalho, membro da igreja presbiteriana.

A procura pela educação americana na capital potiguar crescia, entretanto a estrutura física do Colégio era pequena, impossibilitando o recebimento de um número maior de alunos e alunas. Em decorrência de tal situação, em 1901, a mudança de prédio se fez necessária, fator que propiciou ampliação das vagas às crianças e a criação de um curso normal, que ficou também a cargo da atual dirigente, Miss Eliza Reed. Esta professora atuava anteriormente no Colégio Internacional de Lavras/MG, vindo para Natal assumir a função de diretora do ensino primário e do curso normal para a formação de professoras, aberto logo após sua chegada (Matos, op. cit.).

O Colégio Americano de Natal, durante seus 09 anos de existência educou parte da elite local, a exemplo dos filhos dos governadores do estado. Entretanto, vários alunos de classes sociais menos privilegiadas, recebiam instrução gratuita ou pagavam as mensalidades parcialmente. A maior parte dos recursos financeiros da instituição advinha do Comitê das Missões Estrangeiras, o que não a impediu de interromper o funcionamento no ano de 1906, alegando falta de condições materiais e a doença da fundadora Mrs Katherine Porter.

A presença dos protestantes americanos em terras potiguares, de acordo com Costa (op. cit.) consta efetivamente do último quartel do século XIX. Os missionários ao chegarem ao Brasil, auxiliaram introduzi na sociedade, por meio de ações educativas, um legado de valores, normas e conceitos do pensamento cultural americano, o qual se embasava na cientificidade, nos preceitos pragmáticos e na moral cristã protestante. A escola funcionava como um elo divulgador e conformador de tais princípios, e da quebra dos preconceitos contra o protestantismo.

Nesse momento histórico, o Brasil passava por transformações no plano econômico, político e cultural, tendo como preocupação o processo de modernização da sociedade que implicava, por exemplo, a modificação do espaço urbano, do cultivo de práticas higiênicas, da consolidação do trabalho livre e dos setores industriais. A educação também estava inclusa no ideário modernizador como um dos pilares fundamentais às transformações sociais. Para tanto, era preciso primeiro, reformar os modos como a escola e o ensino estavam organizados.

Rui Barbosa, intelectual e político brasileiro, alertava à sociedade do final do século XIX sobre a relevância de proporcionar um ensino primário gratuito e obrigatório. Para ele, a escola deveria adotar programas de ensino coerentes com as necessidades da época, os quais tomassem como pressuposto o método intuitivo ou as lições de coisas (Barbosa, 1947). As disciplinas escolares necessitariam ser práticas, atendendo as exigências do mundo atual, a exemplo do ensino das ciências físicas naturais, língua materna e gramática, geografia, cosmografia, matemática elementar, taquimetria, rudimentos da cultura moral e cívica e história, desenho, ginástica e música. Aliado as tais áreas de conhecimento, a prática de higiene, a co-educação dos sexos, o espaço físico adequado, mobiliário e materiais didáticos eram outras recomendações necessárias à renovação da educação.

As discussões empreendidas por Rui Barbosa demonstram uma clara preocupação em guiar a educação nacional por meios processos didático-pedagógicos da moderna pedagogia, divulgada em países europeus e nos Estados Unidos da América. Nesse sentido, os educadores e as escolas protestantes americanas que aqui se instalavam, poderiam dar uma importante contribuição para disseminar uma educação escolar científica e prática, seguindo os preceitos do ensino intuitivo e da escola graduada, conforme pontua Souza (1998).

O Colégio Americano de Natal refletia os princípios norteadores dos estabelecimentos de ensino do sistema educacional dos Estados Unidos, os quais se fundamentavam nos processos da moderna educação e do método intuitivo, ou das lições de coisas. Tal método compreendido como uma insígnia da escola moderna foi tributário do pensamento educativo que circundou a Europa a partir do século XVII. Entre seus representantes podemos destacar Comenius, Pestalozzi, Froebel e Rousseau (CAMBI, 1999). Essa concepção educacional, em contraposição ao ensino que valorizava a aprendizagem por meio dos processos mnemônicos e de repetição, enfocava os processos da intuição e dos sentidos da criança para a aprendizagem dos conhecimentos. Defendia

que o aprendiz por meio da observação, da exploração do mundo palpável, através do olhar, do ouvir, do sentir, do tocar, do cheirar, compreenderia os saberes de forma gradual e harmônica. O método intuitivo ainda recomendava que os conteúdos escolares respeitassem o “espírito infantil”, ou a condição de funcionamento físico e intelectual da criança. Era preciso ordenar os conteúdos de acordo com a idade dos alunos e com seus níveis de aprendizagem. Os processos didático-metodológicos partiriam sempre do concreto para o abstrato, do particular para o geral, instigando a criança fazer descobertas e formar idéias.

Em 1897, ano de abertura do Colégio Americano e da estréia de Guiomar de Vasconcelos na vida escolar, o modelo de ensino adotado, privilegiou além dos processos intuitivos, a co-educação dos sexos, permitindo uma relação social mais estreita entre meninos e meninas, à medida que eles freqüentavam a mesma sala de aula.

Os programas de ensino da escola primária incluíam a alfabetização, conhecimentos matemáticos, de história e geografia, estudos bíblicos e do Breve Catecismo, orações, artes literárias, ciências, línguas francesa e inglesa, recitação de poesias em português, canto, piano, execuções musicais, exercícios calistênicos, ginástica, desenho e festas comemorativas. Completavam a formação das crianças as lições de trabalhos domésticos para meninas e trabalhos manuais para meninos, como o cultivo da terra, desenvolvendo o gosto para as atividades manuais, desvalorizadas até então na sociedade brasileira (MENDONÇA, 1984,).

Segundo Vilas-Bôas (2001, p. 19) um dos objetivos que orientou a prática educativa dos americanos foi a valorização do trabalho, levando o educando a ter outro olhar diante dessa atividade, que por muito tempo no Brasil foi interpretado como tarefa de escravos e de classes sociais menos privilegiada.

“Indiretamente, isso era demonstrado pelas atitudes. O ambiente da vida americana era reproduzido nas escolas e nas casas dos protestantes por meio da ordem, da limpeza, da disciplina, da alegria. Os alunos viam os missionários e professores trabalhando na casa, arando a terra. As próprias reuniões religiosas eram denominadas de “trabalhos”. Os meninos internos, além de estudar, ajudavam na roça; as meninas, nos trabalhos domésticos.

Os programas de ensino oferecido pelas escolas protestantes presbiterianas no Brasil, seguiam uma padronização, apresentando apenas pequenas variações. Algumas escolas ensinavam, por exemplo, além de inglês e francês a língua alemã, caso houvesse um mestre preparado para o ofício.

Uma das caracterizava do ensino nas instituições protestantes era um programa de disciplinas que priorizava a educação para além do aspecto instrucional. A formação da mulher estava embasada em um modelo idealizado de filha, mãe, esposa e cidadã ordeira, moralmente digna, com condições intelectuais para se dedicar às atividades internas e também externas ao lar, contanto que sociedade julgasse prudente sua atuação no universo público.

Mr Porter, o reverendo de Natal, acreditava que um projeto educativo fundamentado em tais ideais, auxiliaria a sociedade renovar a mentalidade, inclusive sobre a educação das mulheres, tendo em vistas que os brasileiros, em sua opinião, se encontravam em “degradação intelectual e moral”(PORTER apud COSTA, 1995, p. 18).

O pensamento progressista do Colégio Americano apontava “uma nova idéia da condição cristã da mulher” (PORTER apud COSTA, op. cit., p. 22). Ao invés de assumir a condição de submissa, reservada apenas às atividades do lar e da função de mãe e esposa, ela seria a companheira do marido, o auxiliando nas atividades da vida prática, para além do universo privado. Entretanto, o ensino das prendas domésticas incluído no cotidiano escolar, reforçava a condição feminina de administradora das tarefas domésticas.

A idade das moças para o matrimônio e a liberdade para escolha do marido eram pontos de reflexão entre os educadores protestantes, por considerar que as jovens natalenses casavam ainda meninas e, muitas vezes, por imposição das famílias. Para Costa (op.cit.) a opinião dos americanos causava desconfiança na sociedade local. Mas segundo depoimentos de Sidrônia Carvalho, professora da instituição, as alunas reconheciam que a concepção dos americanos sobre o papel das mulheres na sociedade, vinha contribuindo para melhorar a vida das moças e mudar a mentalidade dos pais que ali matriculavam as filhas.

Durante quatro anos Guiomar de Vasconcelos interagiu com um modelo de educação alicerçado em princípios de liberdade, individualismo, ordem e superação, que conjuntamente com preceitos morais e cristãos, valorizavam o papel do sexo feminino na família e na sociedade. Entretanto os papéis mais importantes, reservados as moças naquela época, o de mãe e de esposa eram preservados.

Após a experiência educacional no Colégio Americano Guiomar de Vasconcelos ingressou na Escola Normal de Natal em 1911, diplomando-se professora em 1913, “alcançando distinção em todas as matérias de todo o curso”, segundo suas palavras (VASCONCELOS, op. cit., p. 6).

A Escola Normal de Natal freqüentada pela mestra era resultado de uma quarta tentativa de instalar definitivamente este tipo de instituição na capital potiguar. A primeira escola dessa natureza foi criada em 1873, na presidência de João Capistrano Bandeira de Mello Filho. Funcionou durante quatro anos e diplomou 3 professores. Após a implantação do regime Republicano, o governo provisório de Adolpho da Silva Gordo, em 1890, autorizou à criação da segunda escola normal na capital. Entretanto, a instalação não se efetivou, e o estado continuou sem um espaço educativo para preparar os docentes. No governo de Pedro Velho, criou-se mais uma vez a Escola Normal de Natal, a qual foi instalada em 1896. Extinta cinco anos depois, diplomou apenas 5 professores (LIMA, 1927; CASCUDO, 1999).

O cenário para a formação de professores mudou, quando na primeira década do século XX, o governo de Alberto Maranhão, embasado no ideário Republicano de reestruturação social e de expansão da educação moderna, empreendeu a Reforma Pinto de Abreu, criando o Grupo Escolar Augusto Severo e a quarta escola normal (DECRETO 174, de 05 de março de 1908; DECRETO 178, de 29 de abril de 1908).

A nova Escola Normal de Natal surge então, com a incumbência de preparar os profissionais para atuarem no ensino primário. O que se pretendia era a formação de um mestre capacitado para reger a escola primária graduada, de acordo com os procedimentos “concretos e ativos”, promovendo o ensino simultâneo, ao invés do individual. A esse profissional, ainda cabia evitar práticas como castigos físicos, aprendizagens mecânicas e decorativas; disseminar um ensino leigo, com disciplinas variadas, incluindo artes, atividades físicas, noções de higiene e de civilidade (SILVA, 2004).

Para consolidar tal projeto formativo, a Escola Normal foi aberta para ambos os sexos. No princípio de sua existência, não se caracterizou como uma instituição aberta às variadas camadas da população. Ao contrário, se tornou um espaço educativo freqüentado por moças e rapazes que atendiam o rigor dos processos seletivos e os de formação, ao longo dos 3 anos do curso.

A grade das disciplinas de ensino incluía as matérias de português, francês, aritmética elementar, álgebra elementar, geografia geral, geografia do Brasil, história do Brasil, desenho geométrico, desenho de ornato e figura, caligrafia escrita e mecânica, noções de física e química, noções de história natural, higiene, pedagogia, instrução moral e cívica, legislação escolar, exercícios físicos e prática na Escola Modelo¹. Para o sexo

¹ A escola modelo era o Grupo Escolar Augusto Severo, a primeira instituição do gênero no estado.

feminino acresciam-se as disciplinas de trabalhos manuais e economia doméstica (DECRETO 178 de abril de 1908, Art. 3º).

Em 1910, ano em que Guiomar de Vasconcelos se tornou aluna da Escola Normal de Natal, a grade curricular acima mencionada, sofreu uma ampliação, por meio do Decreto nº 239 de 15 de dezembro, acrescentando um ano de estudo há mais no curso e as disciplinas de latim, inglês, geometria e música (CASCUDO, op. cit., p. 198).

O corpo de matérias acima torna perceptível a formação enciclopédica que Guiomar de Vasconcelos e demais alunas/alunos normalistas tiveram acesso. O ensino privilegiava saberes da cultura geral, em detrimento de saberes pedagógico, questão que será revista posteriormente na Reforma do Ensino Normal de 1916 e no novo Regulamento para a Escola Normal em 1917. Outro aspecto relevante que se pode observar é a presença de disciplinas específicas à educação das mulheres, a exemplo de economia doméstica e trabalhos manuais, as quais corroboravam para auxiliar as moças no desempenho de outras funções sociais, além da docência. Segundo Louro (1997), entre essas funções estava a de mãe e a de esposa. Na representação da época, uma mulher instruída, poderia cuidar melhor de seus lares, introduzindo na família preceitos de higiene, de moral e de outras condutas compreendidas como sustentáculos da ordem social.

Se por um lado, as escolas normais eram espaços para as mulheres se apropriarem de práticas voltadas à família e outros papéis sócias atribuídos ao seu sexo. Por outro lado, também alargava seus espaços de convivência social e potencialidades intelectuais, lhes possibilitando adquirir a profissão docente, considerada, naquela época, uma das funções mais “nobres” que um homem ou uma mulher poderia desempenhar (ALMEIDA, op.cit.).

Esse ponto de vista era disseminado pelo ideário da sociedade republicana, o qual entendia a educação como um dos elementos auxiliares da construção de um país que caminhava rumo ao progresso econômico, moral e ordeiro. No cerne desse pensamento, as professoras foram destacadas [...] “como necessárias no espaço público, e sua contribuição foi considerada e requisitada” (ALMEIDA, op cit, p.194).

A Escola Normal de Natal, espaço procurado pelas moças que buscavam instrução, corroborou para consolidar da presença feminina na docência potiguar. Em 4 de dezembro de 1910, dos 27 alunos formados na primeira turma do curso normal, 20 eram mulheres. Em 1913, ano em que Guiomar de Vasconcelos se diplomou professora, a turma dos concluintes contava, além dela, com as mais três formandas e apenas um formando: Julieta Guimarães, Maria Antonia Lins, Anna da Silva Araújo e Joaquim de Meiroz Grillo

(Relação dos professores diplomados pela escola normal 1910-1934, Departamento de Educação, 1934)

O magistério primário passou definitivamente a ser ocupado pelas mulheres na primeira metade do século XX. Os motivos centrais de as mulheres abraçarem o magistério foi à necessidade de exercer uma atividade remunerada e de ocupar uma posição social confortável, como menciona Almeida (op. cit., p. 71).

No Rio Grande do Norte, as professoras ao concluírem os estudos normais, também buscavam assumir um trabalho remunerado. Muitas delas tornavam-se funcionárias de escolas situadas na capital, mas um número destacado de mestras partia também para lecionar em cidades do interior, como Guiomar de Vasconcelos, que trabalhou na cidade de Canguaretama/RN, a 78 quilômetros de Natal de 1914 a 1943 (SILVA, op. cit.).

A análise da formação que o Colégio Americano e a Escola Normal de Natal destinavam às meninas e às futuras professoras potiguares, a exemplo de Guiomar de Vasconcelos, nos permitiu compreender como era idealizada e sistematizada a educação feminina. Fossem através de disciplinas escolares, ou de outras práticas educativas, o que estava em jogo era a conformação de modos de ser de viver, específicos do feminino, segundo os valores circundantes nos estabelecimentos de ensino e na sociedade daquele período.

Referências:

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. *Obras completas*. V. X, tomos I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

BARRETO, José Jácome. *Canguaretama Centenária*. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferrera Alves. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3. ed. NATAL: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

- COSTA, Wlcliffe de Andrade. *Protestantismo e educação no Rio Grande do Norte*. In: Caderno de História. Natal; UFRN, p. 18-23, n. 2, jul/dez, 1995.
- LIMA, Nestor dos Santos. *Um século de ensino primário*. Natal: Tipografia A República, 1927.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997.
- MATOS, Alderir Souza de. *Histórico da Igreja Presbiteriana no Brasil*. Igreja Presbiteriana do Brasil. Disponível em <http://www.ipb.org.br>. Acesso em 08 de set. 2006.
- MENDONÇA, Antônio Gouveia. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Isabel Gondim: uma nobre figura de mulher*. Natal: Coleção Mossoroense/Fundação Vingt – um Rosado, 2003.
- RIO GRANDE DO NORTE (Estado). *Relação dos professores diplomados pela Escola Normal de Natal (1910-1934)*. Departamento de Educação, 1934. (Manuscrito).
- _____. Decreto 174, de 05 de março de 1908.
- _____. Decreto 178, de 29 de abril de 1908.
- _____. Decreto 239 de 15 de dezembro, 1909.
- SILVA, Maria da Conceição. *Reconstruindo práticas: significações do trabalho de professoras na década de 1920*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação. (Mestrado em Educação), 2004.
- SOUZA, Rosa de Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.
- VASCONCELOS, Guiomar. *Dados genealógicos de um ramo da família Vasconcelos no Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia Galhardo, 1952.
- VILAS-BÔAS, Ester Fraga. *A influência da pedagogia norte-americana na educação em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais*. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas/SP. n. 2, p. 09-38. jul/dez, 2001.